



**O MOMENTO**  
DIÁRIO DO POVO

**EDITORIAL: A TRADIÇÃO BURGO-ELITISTA DO PODER DE ESTADO NA BAHIA**

PG.2

PG.4

**ESTADO E EUGENIA NO BRASIL**

**AGRONEGÓCIO E A FOME: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A ALIENAÇÃO SOBERANA**

PG.6

PG.9

**CUBA, ONDE O AMOR AGORA É LEI.**

**DIA 30 DE OUTUBRO, VAMOS ÀS URNAS DERROTAR O CARLISMO!**

PG.10

PG.12

**ENTREVISTA DO MOMENTO  
HELGA MARIA MARTINS DE PAULA**

**ESPAÇO CULTURAL  
NOITE ETERNA TREVA**

PG.17

PG.18

**MEMÓRIA  
LILA RIPOLL**

## A tradição burgo-elitista do poder de Estado na Bahia



Foto: Leonardo Dourado

Por Milton Pinheiro

O quadro político brasileiro continua marcado pela ordem da miséria social, com um desemprego e desalento crescentes, caracterizado pela violência urbana e estatal que agem de forma acentuada sobre o conjunto dos pobres, pretos e pretos das mais diversas periferias, povos originários, camponeses e o conjunto da população atingida pelas opressões da sociabilidade capitalista, a exemplo dos LGBTs e mulheres.

Na perspectiva do capitalismo brasileiro, seguem como prioridades do Estado, e do governo federal, dirigidos ataques ao serviço público como uma técnica de retaliação social e construção permanente do caos na estrutura administrativa do serviço público, que tem causado problemas no sistema de saúde, na educação básica e superior. Evidenciando-se, assim, o garroteamento da ciência & tecnologia e tendo como projeto a destruição do meio ambiente para facilitar o processo de acumulação e concentração do capital.

O processo eleitoral em curso está marcado pelo modelo da ação política que articulou um amplo pacote de "bondades", mediado pelo Centrão no congresso nacional e sem oposição política, notadamente com um perfil populista, de caráter temporário e eleitoral, para a compra de votos. São medidas de denso apelo social, entre a população vulnerável, como o aumento no valor do auxílio Brasil, bolsa para caminhoneiros, taxistas e motoristas de aplicativos, vale-gás, controle nos preços dos combustíveis, etc. Ao lado dessas medidas, houve um reforço no chamado orçamento secreto, como se sabe, uma invenção do Centrão e do governo para corromper o processo eleitoral, mantendo seus deputados em posição privilegiada na disputa eleitoral. Trata-se, sem dúvida, do maior complexo de corrupção produzido pelo Estado capitalista no Brasil em favor do partido da ordem.

É nesse quadro de profundas implicações políticas que ocorreram as eleições do primeiro turno no Brasil; marcado, também, pela máquina intocável das *fake news*. O resultado dessa primeira rodada, embora vencida por Lula, abriu um novo cenário no qual devemos avaliar algumas questões,

para que possamos avançar na superação dos impasses e da necessária construção de uma campanha mais forte para tornar Lula vitorioso no segundo turno.

A jornada que se aproxima efetivou-se a partir de uma tensa disputa entre a democracia formal com liberdades democráticas, onde podemos lutar de forma menos persecutória e avançar em nossas lutas, e a barbárie que se consolidou a partir do projeto de Bolsonaro e da sua base bolsonarista, entre eles, o carlismo histórico reagrupado através de ACM, o neto. É importante discernir Bolsonaro do bolsonarismo. Mesmo derrotando Bolsonaro no segundo turno, o bolsonarismo continuará existindo como força social e política, com todo seu arcabouço neofascista e agindo através de hordas e segmentos sociais organizados que compõem o partido da ordem.

Nesse marco histórico do primeiro turno, houve um conjunto de ações e análises, em especial da socialdemocracia, que subestimou a força de Bolsonaro, seu governo e a capacidade do arco de alianças sociais e políticas que se formou na defesa do voto no agitador fascista. Ele chegou ao primeiro turno com uma melhor avaliação de seu governo, com amplitude social e força institucional. Ao lado dessa formatação política para disputar as eleições, Bolsonaro abriu um debate sobre a questão da economia (inflação, emprego, preços do combustível, políticas sociais) sem ter encontrado o devido enfrentamento no polo antagônico da disputa, pois, Lula se reduziu a uma leitura romântica do passado glorioso (governos do PT) sem sinalizar o que seria o futuro. Deixando transparecer que Bolsonaro tinha propostas para o país e Lula pedia um voto de confiança com base no seu histórico.

Mas, algo anterior a esse processo tornou frágil o enfrentamento para derrotar o agitador fascista. A luta política contra Bolsonaro sofreu um importante revés quando a tática do enfrentamento aberto nas ruas e nas denúncias institucionais deu lugar a uma preferência pela disputa nos marcos do processo eleitoral. Bolsonaro chegou às urnas forte e com discurso emulativo de largo alcance social.

A compreensão de que a força de Bolsonaro e do bolsonarismo não é tão somente eleitoral faltou ao encontro com a estratégia da luta de massas e pressão institucional. Esse lapso de análise e falta de compromisso com essa ação, não permitiram que os setores majoritários da esquerda captassem que Bolsonaro, agitador fascista por excelência, representava o ressentimento assentado no senso comum que considera que suas decepções, fracassos, não realizações e derrotas têm responsáveis. É efetivamente isso que é identificado no PT e seus governos. Dessa forma, abrir mão das ruas e das denúncias institucionais articuladas por atos expressivos não foi a melhor tática política para enfrentar Bolsonaro e pavimentar o caminho para sua derrota nas ruas e nas urnas.

A lógica da política tradicional, profundamente organizada dentro da ordem, articulou fortes esquemas de corrupção eleitoral em consonância com os amplos setores envolvidos no sentido manifestado pelo ressentimento. São territórios dominados pelas milícias, aprofundado pelo Brasil capturado pela ideologia da "teologia da prosperidade" e a manutenção de "currais" que avançaram com a corrupção do orçamento secreto.

Ainda no contexto dessa análise, as eleições estaduais estão dentro do previsível diante da razão eleitoral estabelecida. Os blocos em torno de Lula e Bolsonaro não tiveram grandes distorções. Os resultados regionais também continuam sem maiores discrepâncias, mesmo com o peso eleitoral de estados como São Paulo e Rio de Janeiro.

É dentro dessa totalidade eleitoral que se apresentam as eleições na Bahia. Nosso estado sempre foi marcado pelo controle do poder burguês, mas com uma especificidade em que as frações assentadas no bloco do poder são organizadas a partir de um elitismo de classe como marca predominante do poder político que detém o controle do Estado. E o elemento determinante dessa dominação é a cultura política "carlista" no exercício da política.

Trata-se da preservação de grupos políticos forjados a partir dos "currais eleitorais", articulados pelo amplo movimento do fisiologismo na relação com o Estado, por uma visão patrimonialista que emana inicialmente do poder municipal em promíscua relação com o histórico modelo de federação de interesses que se representam no governo estadual, e isso foi muito forte durante as gestões de ACM e dos carlistas (João Durval, Paulo Souto, César Borges). A Bahia dividida, para melhor dominar, pelo modelo de federação de interesses no varejo local e centralizada pela arrogância mandonista do poder estatal (governador) foi a marca registrada desse estilo de governo.

Mesmo sendo uma potência econômica entre os estados da federação, a Bahia sempre sofreu com a fome, doenças epidêmicas, baixa qualidade educacional, precário atendimento médico, desemprego, uma política típica em suas ações do modelo da primeira república, falta de equipamentos públicos para efetivar os diversos atendimentos demandados pela população carente de nosso estado.

Esse histórico projeto, derrotado pelo PT em 2006, quer voltar através de ACM, o neto, com a mesma lógica política, só que agora em íntima relação com as forças neofascistas no Brasil e na Bahia. Contudo, o PT precisa superar seus equívocos para cumprir o papel de necessário enfrentamento a essas forças políticas, que se reagruparam, das tradicionais frações burgo-elitistas do histórico grupo carlista.

O petismo de governo precisa mudar na sua forma política, ao tempo em que deve apresentar novas propostas para superar impasses que são fortes em suas políticas públicas: a segurança pública na Bahia precisa mudar radicalmente para que possamos colocá-la para agir em defesa da diversidade cidadã; o governo deve redimensionar o papel da educação básica e permitir a autonomia das universidades estaduais, possibilitando uma dotação orçamentária de 7% das receitas líquidas de impostos (RLI) para essas instituições (UNEB, UESB, UEFS, UESC) possam cumprir sua finalidade social; reestruturar a saúde pública para que ela possa agir de forma regionalizada, com caráter social, e retirar a população da fila da regulação quase criminosa; tornar sem efeito contrarreformas trabalhistas e previdenciárias que atacaram o sistema de direitos dos trabalhadores/as públicos; ter um plano de grande investimento cultural para atender às demandas populares; ter capacidade de ouvir e dialogar com o conjunto das representações do funcionalismo público. São questões importantes que precisamos do compromisso do candidato do PT no segundo turno na Bahia.

Com base nessa avaliação e nessa perspectiva, pensamos que é importante o voto crítico em Jerônimo 13 no segundo turno da Bahia, para que possamos enfrentar o carlismo reagrupado sob forma bolsonarista.

A luta contra Bolsonaro, o bolsonarismo e ACM, o neto, continuam neste momento do processo eleitoral como bandeira central das contendas que devemos priorizar nas lutas de classes...

Agora é Lula e Jerônimo, 13!

EXPEDIENTE



Jornalista responsável  
**Milton Pinheiro** MTB 72.595/SP  
Conselho de Redação  
**Camila Oliver, Milton Pinheiro, Rômulo Caires, Alexandre Mask, e João Abreu**  
Editora  
**Camila Oliver**  
Diagramação e Capa  
**João Abreu**

contato@omomento.org | [www.omomento.org](http://www.omomento.org)



o m o m e n t o b a

Colaboradores desta edição  
**Guilherme Corona, Gabriel Pereira e Gabriel Galego**  
Revisora responsável  
**Camila Oliver**  
Colaboradora da revisão  
**Marcela Carvalho**

## ESTADO E EUGENIA NO BRASIL

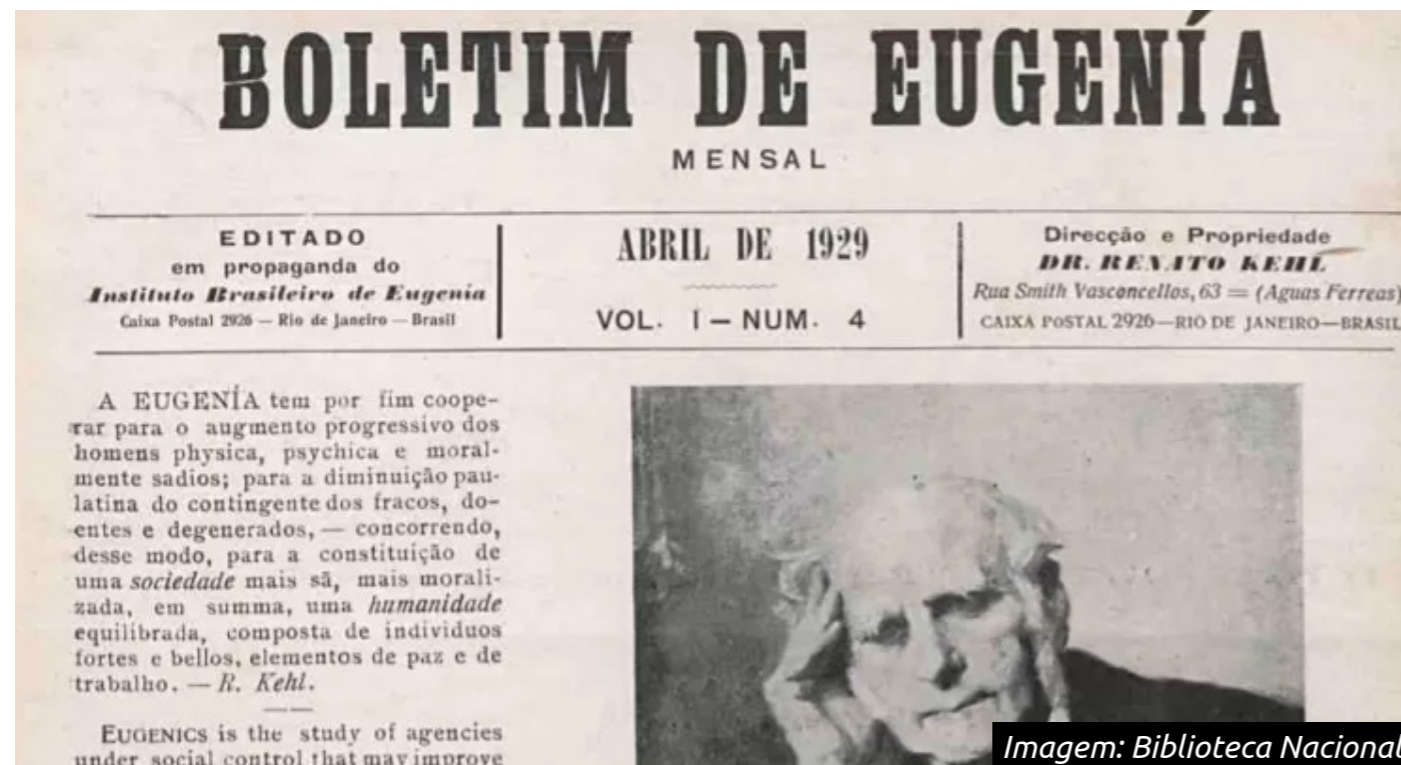


Imagem: Biblioteca Nacional

Por Rômulo Caires

A segunda metade do século XIX, foi marcada pela emergência e consolidação de uma série de Estados Nacionais ao redor do mundo. A Era do Capital trouxe em seu seio múltiplas confrontações, uma verdadeira guerra de classes, que garantiu a vitória e construção da hegemonia burguesa. Consolidou-se também toda uma série de concepções que buscavam justificar e naturalizar a dominação capitalista sobre o mundo do trabalho. Noções como a de povo ou também a de cidadão ideal foram mobilizadas para delimitar as dimensões de pertencimento e enquadramento populacional. Nesse contexto, surge a eugenia ou a “ciência dos bem nascidos”, sendo o Brasil locus privilegiado de sua ação.

A eugenia, mesmo que não nomeada diretamente, constituiu-se como aquisição perene das classes dominantes brasileiras, fixando-se como momento fundamental do sistema de dominação aqui operante. Criada pelo alemão Francis Galton nos anos de 1860, tinha como seu mote principal estabelecer medidas de “aperfeiçoamento racial” e formas de prevenir a “degeneração da espécie”. Antes de aprofundarmos na compreensão da eugenia, cabe notar o contexto histórico de sua gênese.

A Alemanha formava-se como Estado-Nação a partir da hegemonia da Prússia, num esquema de “revolução pelo alto” que subordinava os setores plebeus ao domínio militarista e expansionista prussiano. Para alcançar aqueles Estados no qual o capi-

talismo se desenvolvia amplamente, como também para adentrar na disputa imperialista pela repartição do mundo, a Alemanha apoiou-se na conciliação das classes latifundiárias com os setores emergentes da burguesia, suplantando o campesinato e operariado nascentes a partir da violência e da exploração. É nessa sociedade que a eugenia surge e tem inscrita em si as motivações bélicas do extermínio e da supremacia.

Nesse período, o Brasil já tinha passado pelo processo de Independência e consolidava sua unidade nacional. Com particularidades que serão melhor descritas a seguir, o processo de “modernização” da sociedade brasileira desenvolve-se de forma similar à “via prussiana”, na qual os setores burgueses em ascensão apoiam-se nos antigos setores latifundiários e operam “pelo alto” as transformações exigidas pelos novos marcos do mercado mundial e divisão internacional do trabalho. Porém, diferente da Alemanha, tivemos na América Portuguesa e posteriormente Brasil quase quatro séculos de escravidão negra, fato que condicionou enormemente as determinações materiais da nova sociedade.

Num contexto histórico no qual o expansionismo imperialista necessitava da produção de marcas distintivas para inferiorizar os povos subjugados, emergiam teorias como o darwinismo social, o relativismo cultural, a poligenia e a eugenia como armas

de guerra contra as perspectivas de liberdade e igualdade radicais encarnadas pelas lutas operário-camponesas. No Brasil, assim como por exemplo nos EUA, tais teorias foram introduzidas e tiveram enorme prestígio, pois garantiam a naturalização do “lugar do negro” na sociedade e a conformação de “raças inferiores” que poderiam ser dizimadas.

Pensemos na situação vivenciada pelas classes dominantes no Brasil na passagem da Monarquia à República. Muitos diagnósticos apontavam para o “atraso” brasileiro e identificavam nas características de seu povo as marcas de inferioridade que explicavam tal atraso. Os sinais de “degeneração” eram explícitos, apontavam estes diagnósticos, e a via para suplantar as marcas de inferioridade racial do povo brasileiro seria a promoção do que ficou conhecida como “ideologia do branqueamento”. Além do Estado brasileiro ter investido enormes montas para estimular a vinda de imigrantes brancos europeus, construiu todo um arcabouço ideológico para transformar o negro de “bom escravo” em “mal cidadão”.

Não será possível desenvolver neste texto toda a gama de teorias e concepções mobilizadas pela “ideologia do branqueamento”. Focaremos na análise da eugenia, pois acreditamos que nela encontramos os traços mais típicos da ideologia do branqueamento no Brasil. Como expusemos anteriormente, a eugenia foi criada por Galton, teve enorme repercussão nos EUA e chega ao Brasil principalmente pelas mãos do médico Renato Kewl. A pretensão da eugenia era, dentre outros aspectos, racionalizar a imigração, e para isso formulou estigmas e marcadores fenotípicos para garantir a chegada das raças mais “puras” e sem as marcas da “degeneração”.

Tinha também o objetivo de prevenir e fincar a delinquência e para isso se sustentou em conceitos como o de “criminalidade étnica” cunhada por Nina Rodrigues para catalogar “fatores de risco” para o crime. Ao analisar as consequências das postulações de Direito Penal propostas pelo médico de origem maranhense e que se introduziram profundamente na estrutura estatal brasileira, observamos como na verdade o conceito de “criminoso” é uma espécie de a-priori que condiciona fundamentalmente as práticas da polícia e da justiça brasileira. Pois, são justamente os “degenerados” aqueles que se farão visíveis e serão destino da violência estatal.

A eugenia também influenciou enormemente as políticas de reforma urbana nas grandes cidades brasileiras. Também chamada de higienismo, tal perspectiva visava desde o início “embelezar” as ruas e estabelecimentos urbanos a partir da ex-

pulsão e extermínio daqueles considerados indesejáveis. Muito mais do que uma prática preocupada com a saúde das amplas massas populares do país, as políticas higienistas viraram braço estatal para a limpeza étnica e promoção do arbítrio contra as pessoas negras, pobres e indígenas. Expulsas de suas terras originais, impedidas pela concentração fundiária de estabelecer mecanismos de auto-gestão, tais populações também não serão bem vindas na paisagem urbana brasileira.

Se após a derrota nazista na Segunda Guerra a eugenia e demais teorias fundamentadas no racismo científico perderam credibilidade em nível mundial, podemos perceber a continuação da eugenia por outras vias a partir de uma série de metamorfoses. Se não temos mais médicos falando em “degeneração” temos a construção de políticas de saúde e de segurança pública completamente afins dos ideais eugênicos. Pensemos na Guerra às Drogas e nas formas como os EUA generalizaram a produção do medo e militarização da vida cotidiana nas grandes cidades ao redor do globo, fato que contribuiu diretamente com o encarceramento em massa e extermínio das populações não-brancas.

No Brasil, por exemplo, a Lei das Drogas de 2006 não diferencia claramente o traficante do usuário, deixando livre margem para a ação dos pressupostos da “criminalidade étnica” formulados por Nina Rodrigues. Nessa via, o julgamento não se dará primordialmente pelo fato jurídico, mas, será condicionado pelas ideias de quem seja o “criminoso” em nosso país. Vemos também, a partir do recrudescimento das políticas manicomiais, como os ideais eugênicos operam promovendo o internamento compulsório dos “degenerados” das mal chamadas cracolândias espalhadas pelo território nacional. Não podemos esquecer ainda da manutenção de políticas de esterilização forçada que atinge mulheres negras e pobres, seja por ações diretas, seja por completa omissão do Estado em relação a autênticas medidas de planejamento familiar.

Dessa forma, podemos concluir que, se a eugenia nasce e se desenvolve em um contexto histórico específico de expansão global das relações sociais capitalistas, incidindo principalmente nos países de extração colonial, ela se torna momento fundamental da construção ideológica das classes dominantes e arma sempre à disposição nos momentos de crise social. O retorno de políticas indiretamente influenciadas pela eugenia ou até explicitamente eugênicas nos aponta para a ligação estrutural da política eugênica com a reprodução da ordem do capital. Não superaremos uma enquanto perdurar a outra.

## AGRONEGÓCIO E A FOME: SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E A ALIENAÇÃO SOBERANA



Por Alexandre Mask

Chegamos à terceira e última parte do artigo "Agronegócio e a Fome: uma relação indissociável por trás da fantasia de uma falsa promessa"<sup>1</sup>. Conforme vimos em artigo anterior<sup>2</sup>, a ideologia do Agronegócio é constituída através de fortes e manipuladoras campanhas de propaganda. A ideia do conceito de comida foi totalmente ressignificada. Tornaram-se comuns distorções como "Brasil é o celeiro do mundo. Alimentamos nossos 212 milhões de habitantes e exportamos para alimentar mais de 1 bilhão de pessoas no mundo"<sup>3</sup>. Na sociedade dos processados e ultraprocessados, transgênicos e itens temperados com doses cavalares de veneno, o conceito de comida no imaginário social vem nos transformando em mega consumidores de produtos com baixa qualidade nutricional e alto poder destrutivo para nossa saúde. Na prática, remodelam todas as relações das pessoas com os alimentos que foram construídas no decorrer da história e das relações sociais entre seres humanos.

A construção dessa alienação perpassa pelo tempo cada vez mais escasso, desde intervalos em horário de trabalho para refeições em disputa com as atividades pessoais cotidianas necessárias, até os elevados tempos gastos em percursos residência-trabalho (IPEA, 2013). Os domicílios não ficam de fora. Refeições familia-

res foram inundadas pela sociabilidade digital individualizada, pela alimentação de preparo rápido e pelo pouco trabalho posterior de arrumação e lavagem de utensílios domésticos. Tudo isto em detrimento das relações de compartilhamento das vidas de cada pessoa em momentos de relações familiares, gradativamente mais escassos e fragmentados.

Os tradicionais armazéns, açougues, feiras e mercados municipais, acessíveis à camada mais pobre da população deram lugar aos grandes supermercados. Os poucos que se mantiveram foram transformados pelo autosserviço<sup>4</sup>, com ofertas mais sofisticadas e preços mais elevados. Nesse sentido, o acesso foi reduzido ainda mais às classes de maior orçamento familiar. Por um lado, estes comem melhor e pagam menos; por outro lado, os mais pobres comem pior e pagam mais caro, quando comem.

O imaginário social moderno da produção de alimentos também foi completamente transformado. A visão que habitava os que cresceram entre as décadas de 1960 a 1990 de uma fazenda repleta de grande diversidade de animais e vegetais, de frutas e cores que dezenas de arco-íris não dariam conta em descrevê-las, foi substituída pela soja e pelo milho em quase todas as opções de alimentos que nos são ofertados. Estendido a algumas poucas variedades

de legumes e frutas, que inclusive descolaram-se das épocas onde determinadas espécies estariam disponíveis. Onde estão as frutas da estação? As mangas e jaboticabas da primavera? Ou as deliciosas frutas do outono, como abacate, pêsego e romã? O inverno se tornava mais alegre com o aparecimento dos morangos vermelhos e suculentos, uvas e caju... O calor do verão nos trazia os também suculentos melões e melancias, além de acerola e ameixa. Além de suculentos, com altíssimo valor nutricional. Eram os gostos da estação, onde a ansiedade da espera pela época certa dava lugar ao prazer das suas degustações. Hoje em dia, a ideia de produção agrícola está encarcerada no pequeno universo finito da soja, do milho, da cana-de-açúcar e do eucalipto. Frutas são encontradas em qualquer estação, e suas aparências não diferem em nada das artificiais que ornamentavam as casas de nossos avós. Eram de mentira, viraram de verdade. As monoculturas, a pecuária extensiva bovina, e a produção de suínos e de aves em confinamento repousam em nossas mentes. O resultado: itens alimentícios de baixíssimo valor nutricional e ricos em produtos químicos nocivos à nossa saúde. A era da *não comida*.

A simplificação da cadeia alimentar reduziu drasticamente o número de espécies em nossas dietas, diante da oferta abundante de produtos que atravessaram as barreiras da distância e do clima, e alimentam a sensação de fartura, limitada às patentes do Agronegócio. Especialmente cereais oriundos das monoculturas que dissolveram as fazendas do passado, dando lugar a grandes campos monocromáticos produtores de solos inférteis. O tempo do nutricionismo industrial, segundo Michael Pollan<sup>5</sup>. O resultado não é outra coisa senão a insegurança alimentar generalizada, que por um lado conduz à fome, e por outro lado, conduz às deficiências nutricionais causadoras de problemas graves de saúde pública, a exemplo da obesidade. E o Agro? Vai muito bem, obrigado!

No ano de 1993, foi criada a Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), com o principal objetivo de ser uma organização intersetorial, para elaborar e promover um projeto político e econômico para o *Agrobiz*. A instituição, na época, contou com um conselho administrativo formado por representantes de empresas como a Monsanto, Nestlé, Sadia, Sendas, dentre outras gigantes do setor (POMPEIA, 2021, p.111).

Vejamos essa passagem bastante interes-

sante da ABAG, acerca do que se defendia ser o desafio e a principal responsabilidade social da inestimável entidade embrionária:

*"A história dos países desenvolvidos revela que foi a adoção de uma política de segurança alimentar que lhes assegurou crescimento econômico com demanda sustentada, dando-lhes estabilidade e melhor distribuição dos frutos do progresso material e melhor qualidade de vida. Não se diga que eles o fizeram porque são ricos. A verdade é o contrário. Eles tornaram-se ricos porque assim o fizeram. (...) Não se implementa uma política de segurança alimentar sem alimentos"* (ABAG APUD POMPEIA, 2021, p. 114).

Por outro lado, à medida que estratégias empresariais do setor buscam legitimar "agro-commodities" – escoradas em justificativas voltadas para alimentação, principalmente na falsa promessa de promover Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) -, não nos restam dúvidas que estas se colocam em relação direta com o aumento da obesidade e da insegurança alimentar grave.



Imagens: <http://opolifonico.wordpress.com> | Creative commons/Pablo Bandeira

### AgroFOME, uma amálgama indissociável e retroalimentar

Analisamos categoricamente, dentro dos limites do formato desse artigo em suas três partes<sup>6</sup>, as características do Agronegócio. Partindo da sua formação até sua constituição atual, atravessada pela modernização agrícola e pelo desenvolvimento das relações de produção e da dinâmica campo-cidade, sobredeterminada pelo setor. Também vimos como esse processo estruturalmente se contrapõe ao conceito de Segurança Alimentar e Nutricional.

O poder de morte do Agrobiz é uma amálgama de amálgamas de destruição, onde GUERRA, MORTE e FOME materializam-se em suas práticas através da expropriação e expulsão de camponeses e exploração das suas mãos-de-obra, acumulação e concentração de renda e de irreversíveis danos ambientais. A terra que resta é a terra arrasada. O Agronegócio se realiza

como uma avalanche que engole e destrói tradições e culturas dos povos originários e locais, apaga suas histórias e memórias, reescrevendo uma modernidade sombria, por meio da imposição de práticas produtivas de não comida, condenando a maior parte da população a submoradias, subalimentação, doenças mórbitas e desnutrição.

Enfrentar e superar a fome e a insegurança alimentar só é possível atacando e destruindo as estruturas do sistema capitalista, modificando radicalmente as formas de relações de produção. É essa a razão pela qual o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) deu lugar ao que hoje chamamos de Soberania Alimentar. Esta superação foi proposta pela Via Campesina<sup>7</sup>, com base em uma luta pela construção do direito à liberdade de escolha pelos povos de como comer, como produzir sua comida e conhecer as origens do que comem. Uma transformação revolucionária do conceito para que os objetivos de enfrentamento à fome possam realmente efetivar-se, tornando possível ir além dos limites impostos pelo sistema capitalista.

É preciso unificar os movimentos sociais e reconstruir as relações da dinâmica campo-cidade, através da (re)formação ideológica e intensificação das lutas populares. Batalhar pela redistribuição das terras através da Reforma Agrária, ocupando as ruas, o campo, e todos os espaços necessários para a construção de um poder efetivamente popular e soberano, que defenda os interesses das classes trabalhadoras rural e urbana, em direção ao socialismo, para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, livre da exploração do ser humano e da natureza pelo próprio ser humano.

*“Se saio, chego; se chego, entro; se entro, triunfo” – Fidel Castro*

#### Notas:

<sup>1</sup> Artigo é composto por três partes: i) Modernização Agrícola; ii) Reprodução da Fome; iii) Segurança Alimentar e Nutricional. O texto presente tratará da parte III. Ver parte I em <https://omomento.org/agronegocio-e-a-fome-uma-relacao-indissociavel-por-tras-da-fantasia-de-uma-falsa-promessa/> e parte II em <https://omomento.org/agronegocio-e-a-fome-a-promessa-de-erradicacao-da-fome-que-radicaliza-sua-existencia/>.

<sup>2</sup> Ver em <https://omomento.org/agronegocios-x-natureza-a-sintese-da-morte-e-da-devastacao-ambiental/>

<sup>3</sup> Ver em: <https://www.istoedinheiro.com.br/agronegocio-ajudou-a-segurar-pib-durante-a-pandemia-diz-ministra/>

<sup>4</sup> Lojas do varejo baseadas no autoatendimento, sem a necessidade de vendedores intermediando as compras onde o consumidor escolhe seus produtos em prateleiras e se dirige ao caixa para efetuar o pagamento.

<sup>5</sup> Para um maior aprofundamento no tema, Michael Pollan, escritor estadunidense, possui duas obras muito interessantes e completas, traduzidas para o português pela Editora Intrínseca: O dilema do onívoro, de 2006 e Em defesa da comida de 2008.

<sup>6</sup> Ver parte I em <https://omomento.org/agronegocio-e-a-fome-uma-relacao-indissociavel-por-tras-da-fantasia-de-uma-falsa-promessa/> e parte II em <https://omomento.org/agronegocio-e-a-fome-a-promessa-de-erradicacao-da-fome-que-radicaliza-sua-existencia/>.

<sup>7</sup> Via Campesina é uma organização internacional de camponeses, formada por organizações e movimentos sociais de diversos países, com objetivo de articular os processos de mobilização social dos povos do campo ao redor do mundo. No Brasil é representada através da Via Campesina Brasil. Para maiores informações, ver: <https://viacampesina.org/es/> e [https://www.instagram.com/via\\_campesina\\_brasil/](https://www.instagram.com/via_campesina_brasil/).

#### REFERÊNCIAS:

Abag – Associação Brasileira do Agronegócio. Segurança alimentar: uma abordagem de Agribusiness. São Paulo: Abag, 1993.

IPEA. Indicadores de mobilidade urbana da PNAD 2012. 2013. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10338/1/Comunicadoipea\\_n161.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10338/1/Comunicadoipea_n161.pdf). Acesso em: 21. Jul. 2022.

FAO. O estado da insegurança alimentar no mundo. Brasília, 2014.

POMPEIA, Caio. Formação política do agronegócio. São Paulo: Elefante, 2021.

POMPEIA, Caio; SCHNEIDER, Sergio. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. Desenvolvimento e Meio Ambiente. 57. 10.5380/dma.v57i0.77248. 2021.

## CUBA, ONDE O AMOR AGORA É LEI



Reprodução: Granma/Endrys Correa Vaillant

Por Guilherme Corona

Numa América devastada pelos cães fascistas, pelos falcões do neoliberalismo e pelos tentáculos do imperialismo, uma pequena ilha brilha sempre, iluminando o caminho para o futuro que se conforma desde 1959 como um autêntico farol da liberdade.

No dia 25 de setembro deste ano foi realizado o plebiscito sobre a nova legislação da família de Cuba. Trata-se de uma legislação compreensiva, que reconhece os direitos da população LGBT, avançando na proteção aos direitos dos idosos, gestantes e crianças, de modo que inaugura um novo tipo de família: não mais limitado às tradições, à consanguinidade ou aos dogmas religiosos, mas agora incluindo as famílias formadas pelo livre afeto, pelo amor em suas mais diversas configurações. Com mais de 70% de participação, e 2/3 dos votos a favor, o povo cubano gravou o direito ao casamento homoafetivo bem como a adoção sob esta configuração familiar da forma mais permanente possível, com contundente apoio popular, transformando assim a sua Constituição.

Apesar da oposição da direita conservadora na ilha, principalmente concentrada nos setores religiosos, e das críticas de coletivos LGBT sobre colocar uma questão de direitos básicos a aprovação popular, o governo cubano apostou na sua capacidade de mobilização do povo, com uma grande campanha pelo “Sim”. A campanha é vitoriosa por contar com as estruturas revolucionárias que se desenvolveram processualmente a partir do afastamento do bloco burguês-latifundiário do poder político, passando todo o poder às mãos da aliança das massas populares. O caráter socialista da Revolução com medidas radicais que liquidam a exploração ao qual estava submetido o povo, é seio da criação de uma correlação favorável à população LGBT, que além de ter garantias legais,

evidencia a convicção de um país onde a maioria do povo apoia essas conquistas sem medo.

Para além dos números da votação, são reveladoras as condições internacionais em que o plebiscito toma parte, onde o principal assediador de Cuba, os Estados Unidos, promovem regressos históricos nas conquistas sociais das mulheres, e também a extrema direita avança em todo mundo, inclusive se sedimentando enquanto uma alternativa política na dita “terra da liberdade”. O avanço da direita em todo mundo não conseguiu, consegue ou conseguirá impedir as conquistas do povo cubano, porque essas se apoiam em um compromisso revolucionário que se debruçam desde 1959, sobre mudanças estruturais que se dão a partir da coesão do trabalho social a partir das bases organizativas populares. O apego desesperado da reação a bandeiras retrógradas não consegue impedir o marchar da história, do lado dos que apostam no socialismo, a força histórica do progresso, a única capaz de derrotar o fascismo.

Mais uma vez Cuba é a ponta de lança da América. Nos levando para o futuro a passos largos, e assim como Víctor Jara, para conhecer a Martí e a Fidel, para conhecer o caminho do Che, a Cuba iremos, se não no espaço, no tempo histórico. Aqui nos encontramos em atraso pelos vermes sanguessugas do Imperialismo que assola violentamente as possibilidades de desenvolvimento do ser social. Lá, livre para correr, mesmo que segurado pelo seu primo do norte.

Mas o mais importante, é que, na ilha da esperança, no farol da liberdade, na terra de Martí e tantos outros revolucionários e revolucionárias, a família agora é livre e o Amor agora é lei.

## DIA 30 DE OUTUBRO, VAMOS ÀS URNAS DERROTAR O CARLISMO!



Foto: Arquivo/Agência Brasil

Por Gabriel Pereira - Núcleo de Bairros da UJC em Salvador

Antonio Carlos Peixoto de Magalhães Neto, mais conhecido como ACM Neto, é herdeiro político de Antônio Carlos Magalhães, governador imposto por duas vezes aos baianos pela ditadura empresarial-militar (1971-1975, 1979-1983). Posteriormente, já na "democracia burguesa", conseguiu eleger-se governador da Bahia de 1991 a 1995 pelo PFL.

Além de monopolizar de período em período a política baiana, a família Magalhães também faz parte do maior órgão de comunicação do estado, a TV Bahia, afiliada da TV Globo, fundada por Antônio Carlos Magalhães Júnior, pai de ACM Neto.

Atualmente, ACM Neto é secretário-geral do União Brasil, partido criado recentemente pela fusão do DEM ao PSL (antigo partido de Jair Bolsonaro), que representa os interesses econômicos e ideológicos da classe dominante do povo brasileiro.

Abençoado com todo esse privilégio, em 1 de janeiro de 2013, ACM Neto tornou-se prefeito de Salvador, cargo que ocupou até 01 de janeiro de 2021, sendo sucedido pelo seu vice-

-prefeito Bruno Reis (União Brasil).

Durante seu mandato, ACM Neto administrou a cidade numa verdadeira dinâmica de pão e circo. Muito dinheiro foi gasto em mega eventos que não somaram em nada para a ampla e diversificada cena cultural de Salvador. Nenhum grande problema da cidade foi resolvido, apesar de obras pontuais de infraestrutura terem sido feitas a fim de mostrar serviço para propaganda eleitoral, a cidade continua com graves problemas de alagamento, esgoto a céu aberto, deslizamento de terra e congestionamentos no trânsito.

Salvador compete a liderança no índice de desemprego do país, cresce o número de ambulantes e autônomos enquanto a juventude se vê obrigada a disputar poucas vagas de trabalho com baixos salários e uma carga horária exaustiva, dificultando muito a conciliação entre trabalho e estudo entre os mais jovens.

Os soteropolitanos podem notar que a maioria das grandes obras foram feitas na orla da cidade, beneficiando os bairros nobres, sendo a orla reformada, ano após ano, para chega-

da dos turistas durante o verão, enquanto as periferias da cidade e suas entranhas ficaram, em sua maioria, desassistidas ou com investimento risório.

A inanição crônica por parte da prefeitura fez com que Salvador crescesse de forma desordenada, problema que se prolongou na gestão ACM. Além da distribuição de saneamento básico ter regredido, convivemos com milhares de moradias insalubres ou irregulares e um número crescente de desabrigados, idosos e crianças que se alojam nas esquinas, praças e viadutos da cidade.

Não só a assistência à moradia dos baianos fica em segundo plano, a educação também. A falta de creches, principalmente nos bairros periféricos mais afastados dos centros comerciais da cidade, atrapalha a vida de mães trabalhadoras e estudantes que não têm com quem deixar os filhos para o cumprimento das tarefas do dia a dia. A evasão escolar vem crescendo todos os anos em Salvador, índice intensificado pela pandemia da covid-19 e que não tem sido combatido com a devida atenção pelo município. Como se não fosse o bastante, estima-se que, na contramão da solução, o projeto Carlista, hoje liderado por Bruno Reis (com o óbvio aval de ACM Neto), ordenou o fechamento de 44 escolas do tipo EJA (educação de jovens adulto), ato que gerou manifestação dos professores da rede municipal no dia 02/02/2022.

O transporte público, durante a gestão ACM Neto e continuamente na gestão carlista de Bruno Reis, tornou-se o mais caro da região nordeste, tendo aumento contínuo durante 6 anos seguidos, inclusive no período pandêmico, quando a frota foi reduzida e a tarifa aumentada, aumentando a taxa de lotação nos ônibus e agravamento dos casos de covid no seio classe trabalhadora soteropolitana.

Hoje, o então secretário-geral do União Brasil, ex-prefeito de Salvador e autodeclarado negro ao Tribunal Regional Eleitoral, ACM Neto, é candidato ao governo do estado da Bahia, competindo o segundo turno com o candidato petista Jeronimo.

Além de compor a bancada de apoio ao bolsonarismo, está entre seu projeto de governo para segurança pública do estado a criação de presídios de segurança máxima, fortalecimento das forças policiais e maior atuação do setor privado nos presídios baianos. Tais medidas, além de serem acenos aos setores mais reacionários da nossa política, não passam de

mais do mesmo projeto de segurança pública que há mais de 30 anos vem massacrando nossa juventude e fazendo a Bahia ser a segunda capital do genocídio negro, ganhando de São Paulo e perdendo apenas para o Rio de Janeiro.

Na educação, ACM Neto promete investir em uma escola de tempo integral para os jovens, com acesso a tablets e foco no empreendedorismo e preparação para o mercado de trabalho, ou seja, mais do mesmo de novo! Precisamos de uma educação para além do mercado de trabalho, precisamos de uma educação crítica e que ajude a formar pessoas que atuem na sociedade como seres transformadores que são, não podemos ser meramente formadores de mão de obra barata e empreendedorismo ilusório da ideologia neoliberal. Precisamos de um governo que resgate a importância de matérias como filosofia e sociologia, que melhore as condições de trabalho dos servidores da educação e garanta a permanência daquele aluno na sala de aula.

No dia 30 de outubro, faz-se necessário pôr fim ao bolsonarismo e seus apoiadores, em claro e bom som, devemos dar uma resposta antifascista e anti neoliberal nas urnas, precisamos seguir em frente rumo à reorganização da classe trabalhadora e rumo às conquistas sociais que o povo baiano e seus filhos tanto precisam.

## ENTREVISTA DO MOMENTO HELGA MARIA MARTINS DE PAULA



*Helga Maria Martins de Paula - Educadora popular, professora de Direito Público da Universidade Federal de Jataí (UFJ) e do Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário da UFG. Dirigente do ANDES-Sindicato Nacional e da ADCAJ (seção sindical em Jataí). Membro do Comitê Central do PCB e da Coordenação Nacional da Unidade Classista. Coordena o Cursinho Popular Maria Eloá e as Promotoras Legais Populares Libertárias Jataí.*

**O MOMENTO - Você é professora de direito de uma universidade federal, como examina o quadro de funcionamento dessas instituições no atual momento do governo Jair Bolsonaro?**

**Helga** - Sim, sou professora de Direito Público da Universidade Federal de Jataí desde 2010. O processo de fascistização do Estado autocrático burguês brasileiro é alimentado e amplificado pela instrumentalização do aparato jurídico-institucional para aprofundar a criminalização da pobreza, dos movimentos sociais populares, trabalhadores e juventude: fato é que o direito, enquanto forma jurídica desta sociabilidade capitalista (no nosso caso, dependente e periférica), é central para, de um lado, a manutenção da acumulação capitalista por meio da superexploração dos trabalhadores e consequente expropriação de direitos sociais, direitos trabalhistas, previdenciários e de assistência social, as chamadas expropriações secundárias (vide as contrarreformas trabalhista e previdenciária,

engendradas ainda nos governos petistas, e encaminhadas no governo golpista de Temer e genocida de Bolsonaro). Por outro lado, é perpetrador da criminalização da pobreza tendo como consequência o encarceramento em massa, o extermínio dos trabalhadores, lutadores sociais, juventude negra e periférica, povos indígenas, mulheres, comunidade LGBT.

O recrudescimento que estreita os limites das instituições da democracia burguesa faz com que ocorram as possibilidades de golpes internos que refletem os interesses das frações da burguesia nacional e internacional no aprofundamento da agenda neoliberal extremada (vide a priorização de pauta referente a PEC 32-Reforma administrativa-, da PEC 206 que cobra mensalidades de estudantes de Instituições Públicas de Educação Superior) e, também o ascenso de uma frente de extrema-direita organizada que encontra no bolsonarismo seu amálgama, a expressão de todo ódio, preconceito e intolerância sem qualquer filtro republicano.

Como temos a fragilidade da classe trabalhadora após décadas de apassivamento e cooperação, o que acarreta dificuldades concretas de mobilização e uma subjetividade marcada por este caldo cultural reacionário no qual há uma dissociação entre os problemas reais da classe trabalhadora e as suas dimensões contextuais e consequenciais, hoje, temos que fazer as mediações necessárias para termos a possibilidade de nos inserirmos no processo histórico sem sermos eliminados de pronto: lutar pelos direitos e liberdades democráticas não por si mesmos, esgotados em si mesmos, e sim como o horizonte para a construção de um cenário tático e estratégico de elevação do processo de consciência.

A nós, cabe uma tarefa histórica hercúlea e necessária: trabalhar a reorganização da nossa classe, seu protagonismo no bloco histórico hegemônico com um programa anticapitalista e anti-imperialista: derrotar o fascismo e suas expressões diversas (inclusive no campo jurídico) e superar a subjetividade cooptada de parte da nossa classe ocupando espaços de trabalhos de base nos nossos locais de trabalho, estudo, moradia.

**O MOMENTO - Poderia falar como foi ser candidata à governadora de Goiás numa conjuntura política tão complexa.**

**Helga** - Para nós, comunistas, a conjuntura exige a inserção programática que permita construir e dialogarmos um programa para nossa classe: são 100 anos forjados nas lutas e em acúmulos que nos permitem, sem anacronismos, avançarmos no processo de superação de uma sociabilidade exploratória e marcada por opressões.

Goiás é um estado organizado a partir de um modelo econômico que privilegia as monoculturas de exportação, que quanto mais crescem, mais aumentam a dependência por adubos, agrotóxicos, maquinários e implementos oriundos de outras partes do globo. Com a história marcada pela ação violenta e expropriatória das oligarquias rurais, pela modernização conservadora e pelos chamados complexos agroindustriais, o estado de Goiás vive uma rápida adaptação de suas estruturas ao processo de crise do capital que se alicerça em novas formas de acumulação, superexploração dos trabalhadores, expropriação de recursos naturais, reprodução ampliada, uma ação desregulamentadora das relações econômicas e de reconfiguração do uso e da função do território, inserindo-se de forma subordinada na nova Divisão Internacional do Trabalho.

É importante ressaltar que esta característica

de ser um estado marcado pela exportação de monocultura de grãos alicerçada na concentração de terras e na superexploração do trabalhador, fortaleceu-se com a implementação de um modelo econômico que busca uma integração competitiva do estado no cenário nacional e internacional, levando a expansão da produtividade rural em razão direta a utilização de novas tecnologias com menor poder de absorção de força de trabalho. O processo de modernização da agricultura e da pecuária goiana é estruturalmente desequilibrado, sendo incapaz de promover um desenvolvimento regional no sentido de garantir uma elevação da qualidade de vida da população. O que se revela é uma lógica perversa em que, quanto mais o estado busca melhores níveis de competitividade, com expansão especializada de sua atividade econômica, menor será o potencial de ocupação humana, maior o deslocamento populacional em direção aos centros urbanos com maior demanda para políticas de amparo social, geralmente, sustentadas pelo assistencialismo. As políticas elaboradas e aprovadas pelo estado acarretaram dolorosos estrangulamentos sociais, subempregos, o inchaço urbano e a desigualdade regional. Só nos primeiros meses de 2022, tivemos o aumento de 80% de pessoas em situação de extrema pobreza só na região metropolitana de Goiânia. São 600 mil pessoas em vulnerabilidade alimentar, passando fome, em Goiás.

Na região centro-oeste do Brasil- região na qual o estado de Goiás está inserido-, 4,7 milhões de pessoas não tem o direito humano à alimentação adequada respeitado, ou seja, na região do país que é destaque na produção agrícola, temos 10,5% da população relatando vergonha, tristeza ou constrangimento para obter comida. Nesse cenário de fome, miséria, desemprego, o governo estadual (que continua pois venceu a eleição no primeiro turno) de Ronaldo Caiado, marcado pelo reacionarismo e aprofundamento do mandonismo, apadrinhamentos e agenda de privatizações (vide a CELG vendida à multinacional italiana ENEL que aumentou as taxas de cobrança a população e diminui muito a qualidade do serviço), ainda militariza a vida e não divulga dados de letalidade policial (Goiás é o único estado que não divulga os dados de mortes praticadas pela polícia, ao mesmo tempo que encaminha a militarização das escolas). É importante falarmos também, pegando o gancho da primeira questão sobre o cenário geral, que, aqui em Goiás, durante todo período eleitoral, reflexo da subjetividade cooptada pelo fundamentalismo religioso e pela lógica do neoliberalismo barbarizado, os três candidatos de direita estiveram a frente nas pesquisas, explicitando as dificuldades de inserção do

campo ampliado da esquerda em Goiás.

PT e Psol/Rede colaram suas candidaturas em Lula e, mesmo assim, não deslancharam e, além do rebaixamento programático (que não enfrentou de frente o agronegócio, a militarização das escolas, as privatizações, terceirizações e contrarreformas em âmbito estadual), ainda amargaram um refluxo em relação a momentos eleitorais anteriores. Nesse sentido, nossa candidatura, com todos os obstáculos colocados por um conjunto legislativo e da mídia burguesa (fomos obstados de participar dos debates, por exemplo), avançou no sentido da robustez programática e da leitura acertada no enfrentamento central ao agronegócio, a indústria pobreza do Brasil, como diria a camarada Sofia Manzano. Saímos do processo eleitoral com o grande desafio de mantermos a leitura política acertada para avançarmos programaticamente na reorganização da nossa classe no estado, dado os desafios já colocados.

### **O MOMENTO - Quais são as questões centrais para enfrentar a burguesia no estado de Goiás?**

**Helga** - O estado de Goiás possui 246 municípios, sendo que o último Censo indica uma população de 7.206.589 pessoas. A pirâmide etária da população goiana indica que a maior parte da população encontra-se nas faixas-etárias que vão de 10 a 34 anos. Ou seja, trata-se de uma população extremamente jovem, com baixíssima escolarização e baixíssimos salários. O Censo aponta que a maior parte da população vive nas cidades, observando-se profundas desigualdades educacionais entre os moradores do campo e da cidade.

De acordo com o PNAD, Goiás possui 5,5 milhões de pessoas em idade de trabalhar, ou seja, com idade a partir de 14 anos. A população ocupada é estimada em 3,2 milhões de pessoas, ou seja, 2,3 milhões de pessoas em condições de trabalho estão fora do mercado de trabalho. O PNAD aponta que em 2017 eram 339 mil pessoas desempregadas, sendo sua maioria mulheres, negras ou pardas que não completaram o ensino médio (entre 18 e 24 anos). Esse cenário intensificou-se durante a pandemia de COVID-19 ocorrida a partir de março de 2020: segundo o IBGE, dos mais de 12 milhões de desempregados no Brasil, 13,9% de mulheres encontram-se na taxa de desocupação, ficando acima da média nacional (6,5 milhões).

O estado de Goiás é marcado por profundas desigualdades, inclusive entre os municípios. De acordo com os últimos dados do SEPIN, cinco municípios concentram metade das riquezas goianas: a) Goiânia; b) Anápolis; c) Aparecida de

Goiânia; d) Rio Verde; e, e) Catalão. Essa desigualdade foi sendo aprofundada ao longo da vigência das políticas neoliberais de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), de Lula-Dilma (2003-2016), Temer (2016-2018) e Bolsonaro (2019-2022), em termos nacionais, e dos desastrosos e degenerados marconismo (1999-2018) e caiadismo (reeleito), em termos estaduais.

Trouxe esse panorama inicial de dados referentes às desigualdades sociais e concentração de riquezas, para desenvolvermos o raciocínio central sobre a questão de como enfrentar uma burguesia forjada pelo que se denomina agronegócio, atacando naquilo que é central para sua manutenção: seus privilégios fiscais e tributários, base de sua organização.

O agronegócio possui benesses fiscais e tributárias, como, por exemplo, o não pagamento de ICMS ao exportar, com isso, os estados que são grandes exportadores do agronegócio acabam tendo uma arrecadação fiscal baixa- caso de Goiás- e, para compensar isso, o governo federal transfere valores referentes à isenção fiscal aos grandes conglomerados/monopólios do agronegócio, ou seja, é recurso público que advém da carga tributária imposta ao trabalhador que vai para o setor privado de exportação de bens primários- as chamadas commodities- para sustentação do superávit primário. Recursos para saúde e educação públicas são cortados em nome do superávit primário, são alvos de uma "responsabilidade/recuperação fiscal" que atende ao interesse de pagamento de juros para banqueiros e de emendas parlamentares, e, de maneira concomitante e dando sustentação ao este modelo macroeconômico, há também um acelerado processo de desmonte de políticas ambientais, desmonte este sustentado pela bancada do agronegócio no Congresso Nacional: hoje, temos apenas 27% a 30% do bioma original do Cerrado, a destruição de aquíferos e retrocessos profundos na pauta da demarcação das terras indígenas, com o aumento da violência direta contra os povos indígenas, comunidades tradicionais e movimentos sociais de luta pela terra.

Não é possível conciliar modelos antagônicos, não é possível servir a dois senhores: em terra de agronegócio marcado pela concentração fundiária, monocultura e exportação de bens primários para manutenção de superávit primário e estruturas de poder econômico concentradas regionalmente de forma a reforçar as oligarquias e a dinâmica autocrática do estado brasileiro dependente economicamente, afirmar que apoiará a agricultura familiar é insuficiente, pois parte-se de uma realidade marcada por uma estrutura desigual, é necessário

um programa com propostas concretas para soluções estruturais acerca da política macroeconômica, ambiental, de pesquisa, ciência e tecnologia, é necessário o enfrentamento ao agronegócio.

Enfrentar o agronegócio e suas expressões de concertação política no estado de Goiás e no Brasil é urgente:

Uma reforma agrária popular que promova a alteração do modelo de desenvolvimento e estabeleça um novo padrão econômico, proporcionando distribuição de riqueza e melhoria da qualidade de vida, tributar o agronegócio, para a produção de alimentos para o mercado interno com garantia de financiamento estatal e preços mínimos, incentivo à cooperativização, permitindo um reordenamento espacial do desenvolvimento econômico e social, com a criação de polos de desenvolvimento, bem como a elaboração e execução de planos diretores populares para as cidades, visando a harmonização e equalização do processo de crescimento econômico e a consequente distribuição da riqueza socialmente gerada.

Enfrentar os setores da burguesia goiana é enfrentar o agronegócio.

### **O MOMENTO - Qual foi seu caminho ético-político para se transformar em comunista?**

**Helga** - Minhas referências são de educadoras e educadores, venho de uma família de trabalhadores da educação do interior do estado de São Paulo, trabalhadores que enfrentaram a ditadura empresarial militar e que construíam, cotidianamente, a luta pela educação.

Particpei das lutas do movimento estudantil desde o ensino médio em Ribeirão Preto, atuando, durante o curso de direito, junto aos trabalhadores rurais da região, na luta pelos direitos trabalhistas e acesso à terra. Mas, o aprofundamento da leitura da práxis comunista vem com as lutas no movimento sindical de professores a partir de 2012, já professora da UFG Jataí, na construção da greve e da seção sindical do ANDES-Sindicato Nacional em Jataí, a ADCAJ. No sindicato, a compreensão de autonomia e independência de organização dos trabalhadores com o enfrentamento ao projeto do capital para a educação e seus desdobramentos no cotidiano.

No ANDES-SN, conheço a Unidade Classista e me aproximo do Partido Comunista Brasileiro, camaradas professores que me apresentam as teses congressuais e a compreensão tática-estratégica de um partido forjado nas lutas da nossa classe.

Leitora atenta das bases teóricas do materia-

lismo histórico-dialético, estudiosa da forma jurídica do capitalismo e seus desdobramentos no capitalismo dependente periférico e curiosa na busca pelas expressões das manifestações artísticas das e dos nossas/os, meu caminho é o caminho de todas/os que vieram antes com suas dores, cicatrizes e histórias.

### **O MOMENTO - Como você examina a cena política brasileira nesse momento?**

**Helga** - O Golpe de Estado de 2016 encerrou um longo período de concessões conciliatórias de classe e abriu um drástico período de restauração conservadora, período este que reverberou no processo de fascistização do Estado marcado pela eleição de Jair Bolsonaro, na institucionalização indireta e da governança pela via de regras excepcionais, alterando a dinâmica da luta de classes e abrindo um cenário de incertezas jurídico-políticas que caminhou em direção à reiteration autoritária.

Os desdobramentos do golpe na atualidade apontam a tendência de se aprofundar um conceito de hegemonia do pensamento de nossa época marcada pelo caldo de cultura reacionário, pelo apagamento da autonomia/independência da nossa classe, pelo fundamentalismo religioso, e pela ressubordinação ampliada dos trabalhadores à lógica do capital, por meio da intensificação da superexploração do trabalho, do aprofundamento da dependência ao capital externo e da supressão de direitos sociais e trabalhistas, além da redução do espaço político da esquerda via aparatos legislativos-midiáticos e da criminalização/repressão direta ainda maior das lutas sociais e suas/seus lutadoras/es.

No Brasil de hoje, Brasil este que traz a marca de mais de 680.000 mortos pela pandemia de COVID-19, e vive uma grande taxa de desemprego, de endividamento, miséria e fome, além da crescente violência contra povos indígenas, quilombolas, juventude pobre e preta, lutadores dos direitos humanos e dos movimentos sociais, com o recrudescimento dos discursos de intolerância e apelo à intervenção militar por setores reacionários e neofascistas, o enfrentamento tem se mostrado de duas maneiras: na importância central de derrotar o bolsonarismo (não apenas Bolsonaro) e o cenário de fascistização, que perpassa a derrubada definitiva da agenda neoliberal extremada e a priorização das pautas concretas da classe trabalhadora como: a revogação do famigerado Teto de Gastos (EC95) e das contrarreformas trabalhista, previdenciária e do ensino médio: a defesa de uma reforma política que permita a participação da população nas decisões políticas e defesa de um plebiscito revogatório das contrarreformas liberais; o combate às privatizações; uma reforma agrária



popular radical e valorização da agricultura familiar, todas pautas urgentes e concretas que dialogam diretamente com as demandas reais da nossa classe.

### O MOMENTO - Você poderia nos indicar um conjunto de medidas para derrotar o bolsonarismo nas ruas no pós segundo turno?

**Helga** - O momento pede uma mobilização de todos aqueles e aquelas que defendem não apenas as liberdades democráticas atacadas de forma cada vez mais intensa por vislumbres farsescos golpistas fomentados pelo caldo cultural reacionário fascista bolsonarista, mas sobretudo a busca de um novo rumo para o país, na perspectiva dos interesses populares.

Derrotar as ameaças de golpe, o fascismo e também romper com a agenda neoliberal extremada, denunciando a crise social, e a barbárie naturalizada.

Após décadas de apassivamento da classe trabalhadora, apassivamento este alicerçado na estratégia de conciliação de classes, grande é a dificuldade no processo de mobilização que supere a lógica personalista e casuística: fato é que espaços vazios são espaços ocupados, e, durante as últimas quarenta décadas, estes espaços foram ocupados pelo fundamentalismo religioso e pela lógica individual empreendedora neoliberal que forja as relações sociais

As e os comunistas sempre estiveram nas lutas, construindo nas ruas, nos locais de trabalho, estudo e moradia, o trabalho de base, o trabalho cotidiano. Este trabalho permite que sejam realizadas as mediações necessárias para lidar com a crise profunda que vivemos e, principalmente, o diálogo com os trabalhadores e as trabalhadoras, os setores populares atuando como um só corpo político na denúncia do sistema capitalista, responsável pela crise e pela miséria que estamos vivendo.

As modificações da base material produtiva e da subjetividade da classe trabalhadora, traz um trabalhador precarizado, marcado pela informalidade, pela uberização do trabalho, e isso exige de nós pensar e encaminhar qual a melhor forma de nos organizarmos nos nossos locais de trabalho a partir das sínteses das melhores tradições históricas, com uma efetiva unidade capaz de traduzir em lutas massivas a elevação de nosso processo de consciência (superando o o obscurantismo da barbarie naturalizada e também a passividade conciliatória de classes da estratégia democrática popular).

As transformações fundamentais e necessárias da sociedade brasileira, encontram-se nas mãos das classes trabalhadoras em uma luta antica-

pitalista, anti-imperialista, na construção do poder popular.

### O MOMENTO - A luta do centenário PCB continua. No seu entendimento qual é o papel dos comunistas na atual luta de classes no Brasil?

**Helga** - O comunismo é a proposta mais generosa que a humanidade já produziu, como diz nossa camarada Sofia Manzano, e o PCB faz parte do bloco histórico que tem como horizonte a construção de uma outra sociabilidade, que supere a exploração do ser humano pelo ser humano. Para nós, comunistas, só há um caminho que possa superar todas as injustiças e contradições que a sociedade capitalista produz e que alimenta a desigualdade, a miséria, a exploração, o racismo, o machismo, a lgbtfobia e todo tipo de preconceito e ódio de classe: esse caminho é a luta revolucionária pelo fim da sociedade capitalista e a construção de uma sociedade sem explorados e exploradores, sem oprimidos e opressores, sem desigualdades e sem exploração da força de trabalho.

Não é possível contar a História de nosso país sem mencionar o PCB e sua trajetória desde 1922 : da construção do Bloco Operário e Camponês à luta contra o avanço do fascismo, das lutas de Trombas e Formoso a organização dos Centros Populares de Cultura (salve Vianinha!), da reconstrução do movimento sindical classista à resistência contra a ditadura empresarial militar, do processo de redemocratização a luta contra a fascistização e retirada de direitos sociais e liberdades democráticas aprofundada pelo golpe de 2016.

Um salve aos nossos camaradas Dirce Machado, Maria Eloá de Sousa Lima, Ismael Silva de Jesus, camaradas de Goiás presentes diversas lutas e conquistas sociais no estado.

O PCB é parte da história de nosso povo, de suas lutas e das conquistas sociais e segue vivo, firme e convicto no enfrentamento às ações da burguesia contra a classe trabalhadora, ao sucateamento e desmonte dos serviços públicos, aos reiterados ataques imperialistas e neoliberais. O cenário atual exige coragem e convicção na defesa de um projeto que não tergiverse na defesa de nossa classe: de um lado precisamos derrotar o fascismo e a agenda neoliberal extremada, de outro, superar o projeto de conciliação de classes que rebaixa as pautas da classe trabalhadora, além de apassivá-la e cooptá-la.

Por isso, nosso papel, a partir da memória desses 100 anos de lutas, como comunistas, é avançarmos na (re) organização da nossa classe e na construção do poder popular.

## ESPAÇO CULTURAL

### NOITE ETERNA TREVA



Por Gabriel Galego

a violência de um peito batendo descompassado  
sem tempo  
na virulência de um coração partido sem rumo  
cadenciado  
em torno de uma tempestade em copo d'água.  
tudo passa  
é verdade o que me contaram desde criança  
mas nunca deixa de arder  
o erro persiste  
na vontade  
de fazer outra vez.  
teimosia ou superação, nunca saberemos  
mas vivo  
pulsante  
pensante nesses meus caminhos que faço e refaço

e ainda riem de mim  
mas não ligo  
pois sou vivo  
e aí que vive a magia.  
a violência de mais um dia esperando o leão pra matar  
queda de braço  
carta XI  
força infinita  
tempestade intempestiva –  
tornarei a ver a luz do dia.

## LILA RIPOLL



Por Camila Oliver

Geralmente, após as reuniões de pauta de *O Momento*, quando é destinada a mim a tarefa de escrever a memória, vou buscar as informações históricas da pessoa a ser homenageada, por indicação do conselho editorial. No caso desta memória, foi bem diferente, posso dizer que a homenageada me encontrou. Aliás, ela não apenas me encontrou, ela gritou comigo.

Havia finalizado minha participação uma live que tinha por título: "Vozes que vencem o silêncio", quando peguei o meu celular, lá estava como sugestão o poema "Grito", de Lila Ripoll, publicado no livro *O Coração Descoberto* (1961):

*Não, não irei sem grito.  
Minha voz nesse dia subirá.  
E eu me erguerei também.  
Solitária. Definida.*

*As portas adormecidas abrirão  
passagem para o mundo*

*Meus sonhos, meus fantasmas,  
meus exércitos derrotados,  
sacudirão o silêncio de convenção  
e as máscaras de piedade compungida.*

*Dispensarei as rosas, as violetas,  
os absurdos véus sobre meu rosto.*

*Serei eu mesma. Estarei  
inteira sobre a mesa.  
As mãos vazias e crispadas,  
os olhos acordados,  
a boca vincada de amargor.*

*Não. Não irei sem grito.*

*Abram as portas adormecidas,  
levantem as cortinas,  
abaixem as vozes  
e as máscaras —*

*que eu vou sair inteira.  
Eu mesma. Solitária.  
Definida.*

Quem era aquela mulher cujo grito calou em mim? Uma busca rápida na internet e lá estava: "Lila Ripoll foi uma poetisa, pianista e militante comunista brasileira". Como eu ainda não a conhecia? Senti-me compelida a saber mais e a "gritá-la" por aqui...

Lila Ripoll nasceu em Quaraí, Rio Grande do Sul, em 12 de agosto de 1905. Passou a infância em Salaman-

ca do Jarau, local com ares pacatos, todavia, perpassada pelo contrabando e por disputas políticas. Nos versos de "Vim ao mundo em agosto...", a poeta aborda o próprio nascimento:

*Sou triste de nascença e sem remédio.  
Vim ao mundo no triste mês de agosto: —  
O mês fatal das chuvas e do tédio, —  
E nasci quando o sol estava posto.*

*Vim ao mundo chorando... (O meu presságio!)  
Um vento mau marcava na vidraça  
O plangente compasso de um adágio,  
Anunciando, agoirento, uma desgraça...*

[...]

Aos vinte e dois anos, Lila mudou-se para Porto Alegre com a finalidade de estudar piano no Conservatório de Música, do Instituto Livre de Belas Artes (hoje, Instituto de Artes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul). Ainda quando estudante, publicou poemas na *Revista Universitária*. Tornou-se, em 1930, professora de Canto Orfeônico no Grupo Escolar Venezuela, aproximando-se de escritores e intelectuais gaúchos tais quais Reinaldo Moura, Manuelito de Ornelas, Dyonélio Machado, Carlos Reverbel e Cyro Martins, os quais pertenciam à Geração de 30.

Ressaltemos que a condição de Ripoll não era a mesma da maioria das mulheres de sua época as quais, em geral, ainda dependiam do casamento para a sua manutenção, pois a esfera pública era território masculino. Muito provavelmente por esse motivo, a temática da negatividade sob a perspectiva da mulher é tão presente na obra da escritora. Contudo, a profissionalização de Lila e sua independência intelectual e material foram de extrema importância para a sua atuação política.

Em 1934, o seu primo e irmão adotivo, Waldemar Ripoll, jornalista e membro do Partido Libertador, foi assassinado a machadadas enquanto dormia. Segundo alguns historiadores, o assassinato deu-se por ordem de pessoas ligadas a Flores da Cunha. Após esse episódio, Lila Ripoll decidiu-se por engajar-se na luta política ao lado dos comunistas. A poeta participou da Frente Intelectual do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Sindicato dos Metalúrgicos, de cujo departamento cultural foi diretora. Além disso, após a legalização, dirigiu a *Revista Horizonte*; organizou o 4º Congresso Brasileiro de Escritores e colaborou com *A Tribuna*, órgão do PCB. Em 1938, publicou seu primeiro livro, *De Mãos Postas*. E em 1941, publicou *Céu*

Vazio, vencedor do Prêmio Olavo Bilac, da Academia Brasileira de Letras.

Em 1944, Lila casou-se com o engenheiro e também militante político, Alfredo Luís Guedes. Em 1945, com a legalização do Partido Comunista Brasileiro, engajou-se mais ativamente pelas reivindicações dos operários e, simultaneamente, publicou textos na revista *A Província de São Pedro*.

Em 1949, mesmo abatida após a morte do seu marido, não abandonou a militância política. Foi candidata a deputada estadual pelo Partido Comunista, em 1950, percorrendo um grande número de cidades do Rio Grande do Sul, enfrentando intensa reação da elite conservadora e de correntes religiosas, que inviabilizaram a sua vitória. Deste período de campanha, narra-se que, em Quaraí, sua cidade natal, durante seu discurso na Praça General Osório, foi agredida com vaías e pedradas. Porém, Lila não se deixou intimidar e não interrompeu o seu discurso.

No ano seguinte, publicou *Novos Poemas*, que lhe outorgou o Prêmio Pablo Neruda da Paz, em Praga, na Tchecoslováquia. Em 1954, publicou o longo poema *Primeiro de Maio*, obra de cunho político/social, dividida em quatro momentos: "Festejo", sobre a mobilização popular, num primeiro de maio, para inaugurar a sede da "União Operária"; "Passeata", que dá enfoque ao conflito do povo com a polícia, do qual emerge o grito de "avante"; "Angelina", destacando a tecelã Angelina, que morre alvejada por fuzis na tentativa de recuperar a Bandeira tomada pela polícia; "Amanhã", louvor aos heróis, dentre eles, Prestes. Há em todo o poema a convicção comunista de Lila Ripoll: "E à luta regressa, / com febre no olhar. / Os braços erguidos, / subiam, caíam, / em meio a outros braços, / o mastro a arrastar".

Em 1964, imediatamente após o golpe militar, Lila Ripoll foi presa, todavia, rapidamente libertada em função de sua saúde — sofria de câncer em estado avançado. Faleceu em Porto Alegre, aos sessenta e um anos, e seu corpo foi enterrado por seus camaradas no Cemitério da Santa Casa de Misericórdia. Deixou-nos uma obra de oito livros editados, entre 1938 e 1965: *De mão postas, Céu vazio, Por quê?, Novos poemas, Primeiro de Maio, Poemas e canções, O Coração descoberto e Águas Móveis*. Outros poemas inéditos foram recuperados e organizados pela pesquisadora Alice Moreira no livro *Lila Ripoll - Obra completa*. É também obra de Lila a peça teatral *Um colar de vidro* (1958).